

AS DIFICULDADES DA ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO AGRONEGÓCIO

Maria Aparecida da Silva Santos Martins¹

Ronaldo dos Santos Martins²

¹Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina – Docente de Apoio,
mas.goias@gmail.com

² Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina – PPGE, ronalgeo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem a intenção demonstrar a ausência de acessibilidade para as pessoas com deficiências físicas no agronegócio, visto que é algo que os afeta, pois, há um desequilíbrio na relação com as pessoas com deficiência ao se considerar que a utilização da mão de obra de tais pessoas no sistema de produção agropecuário é praticamente inexistente, e esta é infelizmente a realidade brasileira. Em suma, há o fornecimento (também) para as pessoas com deficiência, mas isso é feito sem a participação da pessoa com deficiência no sistema de produção.

Palavras-chave: Agronegócio, Inclusão, Acessibilidade, Deficiência Física, Mão de obra, Exclusão social.

INTRODUÇÃO

O pesquisa possui foco principal sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência física possuem de acessibilidade no agronegócio, uma vez que é fato de quase não existir adaptações para que este grupo de pessoas possam trabalhar nas diversas atividades do agronegócio.

A principal causa para esta baixa inserção deve-se à crença, por parte total de empregadores, da qual as pessoas com deficiência não podem efetivamente realizar as tarefas do trabalho exigido é o motivo para a não contratação de pessoas com deficiência e o medo do custo de instalações especiais.

Ao contrário dos empresários do agronegócio, o mundo busca o desenvolvimento



sustentável, e a inclusão de pessoas é condição singular para este modelo, que por definição prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente e que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental.

O desenvolver da pesquisa foi realizada em grandes fazendas do município de Goiás – Go, que realizam a prática a agricultura e da pecuária, observando o cotidiano destes latifúndios, aplicando questionários e fazendo entrevistas, onde empregados e empregadores responderam. Sendo nítido, a inexistência da inclusão neste setor da economia.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro á dezembro de 2022, inicialmente entramos em contato com os proprietários, pedindo permissão para aplicar a pesquisa. O próximo passo consistiu nas visitas as propriedades, assim foi possível fazer as observações a primeira vista. Proceguindo a pesquisa, fizemos as entrevistas com os empregados e empregadores e por fim aplicamos os questionários direcionados a investigação a falta de mobilidade e a falta de inclusão no agronegócio. Para concluir foi realizado o relatório final, demonstrando os resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aproximadamente 10% da população global apresenta alguma forma de deficiência, e a maioria dessas pessoas, cerca de 80%, reside em nações em desenvolvimento. Nos países com menor desenvolvimento econômico, a incidência de deficiências chega a cerca de 20% da população, um número que poderia ser ainda maior se não fossem os desafios relacionados à coleta de dados e à qualidade das informações disponíveis. Portanto, as pessoas com deficiência representam a maior minoria em escala mundial.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira com deficiência atinge cerca de 18,6 milhões de indivíduos, considerando aqueles com dois anos de idade ou mais. Essas estimativas foram obtidas por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022.

No ano passado, a região Nordeste apresentou uma maior proporção de

indivíduos com deficiência, atingindo 10,3%, o que corresponde a 5,8 milhões de pessoas. Em seguida, estão as regiões Sul, com 8,8% da população; Centro-Oeste, com 8,6%; e Norte, com 8,4%. A região Sudeste registrou menor taxa de população com deficiência, alcançando 8,2%.

Além dos aspectos geográficos, o IBGE destaca outras características importantes. Entre os quase 19 milhões de indivíduos com deficiência, 10,7 milhões são mulheres, correspondendo a 10% da população feminina no país. Em contrapartida, há 7,9 milhões de homens, representando 7,7% da população masculina.

Quando consideramos a autodeclaração de cor ou raça, observamos que o percentual de pessoas com deficiência na população preta é mais elevado, atingindo 9,5%, em comparação com pardos (8,9%) e brancos (8,7%). Além disso, 1,1% da população enfrenta dificuldades na comunicação e compreensão, buscando ser especializada.

As informações sobre educação, emprego e renda indicam que as pessoas com deficiência ainda enfrentam uma menor participação nas instituições educacionais e no mercado de trabalho em comparação com a população em geral.

Enquanto 93,9% das crianças sem deficiência, com idades entre 6 e 14 anos, estão matriculadas no ensino fundamental, essa proporção diminui para 89,3% no caso das crianças com deficiência na mesma faixa etária. A disparidade se intensifica entre os mais velhos, com 71,3% das pessoas com deficiência entre 11 e 14 anos frequentando o ensino fundamental, em comparação com 86,1% das pessoas sem deficiência.

No ensino médio, a taxa de frequência é de 54,4% para pessoas com deficiência, com idades entre 15 e 17 anos, em comparação com 70,3% para pessoas sem deficiência. Quando se trata do ensino superior, na faixa etária de 18 a 24 anos, as taxas de frequência são de 14,3% para pessoas com deficiência e 25,5% para pessoas sem deficiência.

No âmbito profissional, conforme indicado pelo IBGE, a entrada é mais restrita para pessoas com deficiência. A taxa de emprego chega a 26,6% nesse grupo, em comparação com 60,7% na população brasileira.

Segundo dados do IBGE, as principais categorias de deficiência presentes na população brasileira são as motoras, visuais e de cognição, conforme as seguintes subdivisões:

- 3,4% da população enfrenta desafios ao caminhar ou subir escadas;
- 3,1% da população tem dificuldade visual, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato;
- 2,6% da população enfrenta obstáculos no processo de aprendizagem, memorização ou concentração;
- 2,3% da população têm dificuldades em erguer uma garrafa de dois litros da cintura até a altura dos olhos;
- 1,4% da população encontra dificuldades para manipular objetos pequenos ou abrir e recipientes;
- 1,2% da população enfrenta dificuldades auditivas, mesmo com o auxílio de aparelhos auditivos;
- 1,2% da população enfrenta desafios ao realizar cuidados pessoais;
- 1,1% da população tem dificuldades na comunicação, tanto para compreender quanto para ser compreendido.

Analisando as definições estipuladas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de julho de 2015, a condição de deficiência é entendida como um resultado da interação entre limitações, que se manifestam nas funções e estruturas do corpo, e obstáculos que podem ser de natureza urbanística, arquitetônica, nos meios de transporte, comunicação, informação, atitudinal e tecnológica. Portanto, a deficiência é percebida como a experiência de restrição no prazer pleno e eficaz na sociedade, em condições de igualdade.

A deficiência é descrita como uma frequência complexa, dinâmica, multidimensional e sujeita a questionamentos. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) de 2006, regular-se que a deficiência é um "conceito em evolução". A convenção discute que a deficiência resulta da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras provenientes de atitudes e do ambiente, as quais impedem a participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais.

Para Gleeson (1999) as pessoas com deficiência nas sociedades ocidentais atuais são amplamente reprimidas pela produção do espaço, e isso se deveem parte à sua exclusão das dialéticas e práticas que configuram as sociedades contemporâneas. Apesar da expressão espacial da exclusão social e discriminação vivida por muitas pessoas com deficiência, o seu interesse era mínimo na Geografia, até a década de 1970. Para este mesmo autor o longo silêncio da

Geografia sobre este aspecto tão profundo da experiência humana é singularmente perturbador.

Segundo o mesmo “A deficiência é, simplesmente, uma experiência humana de vital importância que a Geografia não pode dar ao luxo de ignorar. A falta de colocar a deficiência como uma preocupação central só pode empobrecer a disciplina, teórica e empiricamente”. (GLEESON, 1999, p-1). Os primeiros debates sobre o tema foram chamados por Chouinard et al (2010) de Primeira onda. Neste princípio, as discussões eram concentradas em uma percepção individualista de deficiência e um desdém com relação a preocupação mais ampla com causa socialmente e espacialmente desenvolvidas.

Passou-se a haver uma maior preocupação no aprofundamento dos interesses a esses temas a partir da então chamada Segunda onda de pesquisas, que se deram após 1990. No novo período emergente que emergiu pós 90, a averiguação sobre a exclusão material e a discriminação nos espaços públicos tornou-se mais significativa, da mesma forma que a valorização da relação entre deficiência e espaço tornou-se mais intrincada.

Gleenson (1999) diz que podemos destacar que a política da identidade na deficiência foi essencial para a primeira onda de estudos. Já a investigação na segunda onda retratou a ampliação e a complexidade do conceito de deficiência, fazendo surgir indagações sobre identidade e cidadania e a possibilidade de analogia de processos históricos de experiências com a deficiência em variados espaços.

A incorporação desta categoria na sociedade representa um movimento recente que teve origem no Brasil na década de 80, impulsionado pela promulgação da Lei 7.853 em 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989). De fato, a Constituição Federal de 1988 já destaca a igualdade de direitos para os trabalhadores com deficiência, conforme estipulado no art. 71, inciso XXXI, que proíbe qualquer discriminação relacionada a salário ou critérios de admissão para trabalhadores com deficiência (BRASIL, 1988).

As pessoas com deficiência enfrentam desafios em suas vidas, resultantes da interação entre suas limitações e as barreiras impostas pela sociedade (PASTORE, 2007). Omote (2003) observa que a percepção que a sociedade tem sobre a deficiência pode impactar as relações sociais e orientar as ações planejadas e praticadas no

relacionamento às pessoas com deficiência, inclusive no que diz respeito à sua empregabilidade.

A inclusão de indivíduos com deficiência no ambiente profissional é de extrema importância, especialmente no contexto dos obstáculos que podem surgir. Esses abrangem uma variedade de aspectos, desde o tipo de deficiência, acessível, motivação, preconceito e qualificação, até a adesão das empresas às cotas e a subsequente abertura de vagas, bem como a necessidade de adaptação para receber esses novos colaboradores.

A persistência do preconceito na sociedade não é algo novo. Ao longo da história, essa comunidade foi alvo de diversos tipos de discriminação. Nas épocas passadas, os registros indicam que alguns grupos foram subjugados, negligenciados, até mesmo exterminados, e em alguns casos, isolados do convívio social. Mais recentemente, houve uma mudança em que essas pessoas passaram a ser reconhecidas como indivíduos com direitos.

Ao refletirmos sobre a integração de indivíduos com deficiência no ambiente de trabalho, observamos que ainda existem desafios significativos a serem superados para que essa inclusão ocorra de maneira benéfica tanto para o funcionário quanto para o empregador. Evidenciamos a persistência do preconceito como uma barreira a ser superada, juntamente com a falta de atenção dedicada às pessoas com deficiência (PCDs). Superar essas barreiras é essencial para promover uma acessibilidade e qualificação profissional.

No entanto, as dificuldades relacionadas à inserção e inclusão dessas pessoas não são específicas recentes. Desde os primórdios, enfrentaram-se obstáculos para que as pessoas com deficiência fossem aceitas na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos, foi observado uma mudança na percepção da pessoa com deficiência, impulsionada por novas legislações e iniciativas governamentais. Apesar da implementação da Lei de Cotas em 1991, que confere direitos aos trabalhadores com deficiência e estabelece uma cota de vagas para esses profissionais em cada empresa, proporcional ao seu quadro de funcionários, ainda é evidente que a acessibilidade necessária para efetivar essa lei de maneira eficaz está onde está o ideal.

Ethos (2002) destaca a importância de adotar medidas que promovam a



diversidade nas empresas, reduzindo o preconceito e a desigualdade. Essa busca tem como objetivo tornar as instituições mais acessíveis e inclusivas para todas as pessoas com deficiência.

Diante do exposto essa pesquisa seguiu um viés geográfico e principalmente humano de tratar a temática pessoa com deficiência e sua relação com uma fração de determinado espaço.

Chegando à relação da deficiência com a agricultura e/ou produção agropecuária no Brasil, a preocupação com tais direitos seria aparentemente desnecessária, considerando que, para o setor as pessoas com deficiência, enquanto consumidores são cidadãos indistintamente iguais a qualquer outro ser humano que respire no planeta, pois consomem e fazem uso de alimentos, fibras e produtos de origem animal, exatamente como toda a população faz ou deveria ter direito de fazer.

Foi entendido, ao longo da realização deste trabalho detectamos que os latifúndios não apresentarão estruturas específicas que atendam a acessibilidade de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, deste modo, não contratam essas pessoas. Contribuindo para não participação das políticas de inclusão social que temos em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os meses de janeiro a dezembro de 2022 foi realizada este trabalho de pesquisa em grandes fazendas produtoras da agricultura e agropecuária no município de Goiás-GO, detacando a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiências físicas no agronegócio.

Portanto, ao realizar este estudo concluímos que as fazendas que conduzimos a pesquisa não apresentarão estruturas físicas que ofereça acessibilidade para pessoas com deficiências físicas, em consequencia no seu quadro profissional, neste período não apresentaram pessoas com deficiência física. Entendemos que no Brasil, há uma distância muito grande da inclusão no agronegócio.



REFERÊNCIAS

A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**, Brasília; MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Disponível. Em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pep.pdf> & View article & id = 250b& It

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/CONVENCAO_ONU_SOBRE_OS_DIREITOS_DAS_PESSOAS_COM_DEFICIENCIA.pdf>. Acesso em : 24 set.2022.

Disability and the Open City - Brendan Gleeson, 1999. Improving Access to Heritage Buildings: A Practical Guide to Meeting the Needs of People with Disabilities. Canberra: Australian Council of National.

ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência**/ coordenação Marta Gil- São Paulo: Instituto Ethos, 2002

OMOTE, S. A Deficiência e a Família. In: MARQUEZINE, M. C., et. al. (Org.). O papel da família junto ao portador de necessidades especiais. Londrina: Eduel, 2003. p.15-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382011000300007&script=sci_arttext> Acesso em 22 de março de 2023.

PASTORE, José. O trabalho dos Portadores de Deficiência—Publicado em O Estado de S. Paulo 02/10/2007. Disponível em: <www.estadodesaopaulo.br/proj_inter20081/.../cidadania_inclusao_social.pdf>. Acesso em 09 de março de 2023.

Relatório mundial sobre a deficiência/ World Health Organization. The World Bank, tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p.